

O PEDAGOGO E A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES

MARTINS, Sandra Mara ¹

RESUMO

Formação de Professores é preocupação constante na Educação Pública do Estado do Paraná. Para desempenhar plenamente as atribuições dos profissionais da educação é necessário que a sua formação seja concretizada com qualidade. Isto começa com a formação inicial, ou seja na Graduação, e estende-se durante a formação continuada em serviço, ou seja, para os docentes da Rede Estadual de Ensino, na capacitação oferecida pela SEED. Vários saberes são necessários ao profissional docente: Saberes pessoais dos professores; Saberes provenientes da formação escolar anterior; Saberes provenientes da formação profissional para o magistério; Saberes provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho; Saberes provenientes de sua própria experiência na profissão, na sala de aula e na escola. Desta forma torna-se relevante a formação continuada, no espaço do cotidiano escolar. Assim a hora- atividade torna-se fator fundamental. O presente artigo tem por objetivo apresentar uma proposta de uso da Hora-atividade pelo Pedagogo da escola para a formação pedagógica dos professores.

Palavras-chave: Formação Pedagógica - Pedagogos – Hora-atividade

“Sim, sou eu, eu mesmo, tal qual resultei de tudo...

Quando fui, quando não fui, tudo isso sou...

Quanto quis, quanto não quis, tudo isso me forma ...”

Fernando Pessoa

Nós, seres humanos, como bem representa Fernando Pessoa, somos síntese de tudo que vivemos. Nossa vida, as experiências, as marcas que trazemos conosco são traços de nossa história. Tudo é aprendizagem.

Como profissionais da educação, nossa formação/ aprendizagem começa muito antes de nosso primeiro dia como alunos na escola. Nosso tempo como alunos se estende até a graduação, pós – graduação ... cursos, capacitação... somos sempre alunos! Mesmo quando exercemos a profissão na escola, somos aprendizes. De acordo com o ditado popular: “Vivendo e aprendendo!” Aprendemos sempre! Um momento muito importante de nossa aprendizagem é a

¹ Professora PDE – Titulada - Pedagogia

formação continuada que se divide entre aquela fornecida pela mantenedora e aquela realizada pela escola.

Afinal, com os problemas que a escola pública enfrenta e com a correria do dia-a-dia, existem espaço e tempo no cotidiano escolar para a formação continuada dos profissionais da educação planejada e desenvolvida pela própria escola?

Antes de abordar a questão desta formação continuada é importante compreender o contexto de trabalho deste profissional. A contribuição de Giroux (1997) para essa compreensão não pode deixar de ser citada. Este autor esclarece que:

As escolas são instituições históricas e culturais que sempre incorporam interesses ideológicos e políticos. (...) São terrenos políticos e ideológicos a partir dos quais a cultura dominante 'fabrica' suas 'certezas' hegemônicas; mas elas também são lugares nos quais grupos dominantes e subordinados definem e pressionam uns aos outros através de uma constante batalha e intercâmbio em resposta às condições sócio-históricas 'contidas' nas práticas institucionais, textuais e vividas que definem a cultura escolar e a experiência de professores. (GIROUX, 1997: 204).

Diante deste contexto, um questionamento se faz necessário:

Existe neutralidade na educação?

Por meio de estudos sobre o processo histórico da construção da cultura escolar, pode-se compreender que ela vem sendo usada ideologicamente, por um lado, a favor da exclusão social, servindo ao darwinismo social imposto pelo neoliberalismo, onde tudo o que aprendemos na escola e fora dela contribui para reforçar suas concepções. Por outro lado, sabemos também, que em toda a história da humanidade o movimento pela resistência sempre esteve presente. A busca pela conquista do espaço escolar como espaço de transformação social vem crescendo diariamente. Kincheloe (1997) explica que como produtos deste processo acabamos por ser: "incapazes de auto-análise se não tivermos solo que

nos permita ver de onde viemos. Neste mesmo sentido, nós somos incapazes de análise crítica do propósito da escola, não temos idéia de porque as coisas são como são.” (KINCHELOE, 1997: 23).

Assim, torna-se relevante organizar o trabalho escolar e sua relação com a sociedade mais ampla, em direção a superação da escola excludente, instrumento de manutenção de poder. Faz-se necessário, inicialmente clareza de que escola queremos construir em nossa comunidade. Nas palavras de Libâneo (2003:7), a escola que precisamos para formar cidadãos participantes em todas as instâncias da vida social contemporânea “é aquela que assegura a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã, possibilitando uma relação autônoma, crítica e construtiva com a cultura em suas várias manifestações”.

Sabemos que a escola não é a redentora da humanidade, ela nem tem este papel, porém ela tem o compromisso de reduzir a distância entre a ciência e a cultura de base produzida no cotidiano, e a provida pela escolarização. Libâneo (2003:9) lembra ainda que ela “tem também, o compromisso de ajudar os alunos a tornarem-se sujeitos pensantes, capazes de construir elementos categoriais de compreensão e apropriação crítica da realidade”. Ela tem um papel fundamental para a construção de uma nova postura ético-valorativa, pois é espaço privilegiado para, ainda de acordo com Libâneo (2003):

Recolocar valores humanos fundamentais como a justiça, a solidariedade, a honestidade, o reconhecimento da diversidade e da diferença, o respeito à vida e aos direitos humanos básicos, como suportes de convicções democráticas. (...) A escola tem um grande papel no fortalecimento da sociedade civil, das entidades, das organizações e movimentos sociais. (LIBÂNEO, 2003:9).

Para esta escola transformadora o trabalho do professor será o de realizar a mediação entre os alunos e a sociedade da informação, possibilitando-lhes com desenvolvimento da reflexão a aquisição da sabedoria necessária para a construção permanente. De acordo com PIMENTA (2002:23), nesse sentido: “a educação é um processo de humanização; que ocorre na sociedade humana com a finalidade explícita de tornar os indivíduos participantes do processo civilizatório e responsáveis por levá-lo adiante.”

O QUE A LEGISLAÇÃO DETERMINA QUANTO A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO?

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi determinado ao Ministério da Educação que elaborasse legislação própria que implementasse a nova Constituição. Desta forma em 1996 foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: a LDBEN 9394/96. Em seus artigos 67 e 87 explicita a promoção pelos sistemas de ensino da valorização dos profissionais da educação, através de vários mecanismos, entre eles o aperfeiçoamento profissional continuado.

Em 1997 a Câmara de Educação Básica do Ministério da Educação publicou a Resolução nº 3/97 fixando as Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Esta Resolução tem em seu artigo 5º a recomendação de que os sistemas de ensino envidem esforços para implementar programas de desenvolvimento profissional dos docentes em exercício.

O Governo do Paraná ao elaborar a Lei Complementar nº 103/2004 instituiu e dispôs sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, nos termos da legislação vigente, a garantia, entre outros avanços, da sua profissionalização, o que pressupõe qualificação e aperfeiçoamento profissional, formação continuada dos professores, bem como período reservado ao professor, incluído em sua carga horária, a estudos, planejamento e avaliação do trabalho discente.

DE QUEM É A RESPONSABILIDADE POR IMPLEMENTAR A FORMAÇÃO CONTINUADA NA ESCOLA?

Em 2005, por ocasião do processo de escolha de diretores para os estabelecimentos estaduais de ensino, a Diretoria Geral do governo publicou a Instrução Normativa nº 02/2005-DG estabelecendo normas complementares para

o processo de escolha de Diretores e Diretores Auxiliares dos Estabelecimentos da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. Este documento trás a determinação de que os candidatos, quando do registro da chapa, deveriam apresentar um Plano de Ação para os dois anos de Mandato (2006-2007). Entre vários aspectos os candidatos deveriam possuir entendimento de que a formação continuada de todos os segmentos da comunidade escolar a que pertence constitui um pressuposto para efetivar as transformações necessárias para a construção coletiva de uma educação emancipatória, devendo planejar ações quanto a formação dos docentes/discentes, dos funcionários, pais de alunos, conselheiros por meio de um planejamento da formação contínua, onde a análise crítica da própria prática ressignifique o seu “refazer-se”.

As orientações fornecidas pela SEED recomendam que o Plano de Ação da Escola esteja sistematizado dentro do Projeto Político – Pedagógico das escolas, abordando a formação continuada de todos os segmentos da comunidade escolar (pais, alunos, representantes de turma, conselheiros, membros da APMF, funcionários, professores, pedagogos, direção).

Esta ação da escola resume-se em: elaborar o projeto de formação continuada dos profissionais da escola para o aprimoramento teórico-metodológico, na forma de trocas de experiências, estudos sistemáticos e oficinas; desenvolver processo contínuo pessoal e profissional de fundamentação teórica; pesquisar e fornecer subsídios teórico-metodológicos para o estudo e atender necessidades do trabalho pedagógico; organizar reuniões de estudo para a reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico da escola.

Libâneo (2001) explica que:

A formação continuada é outra das funções da organização escolar, envolvendo tanto o setor pedagógico como o técnico e administrativo. De modo especial para os professores, a formação continuada é condição para a aprendizagem permanente e o desenvolvimento pessoal, cultural e profissional. É na escola, no contexto de trabalho, que os professores enfrentam e resolvem problemas, elaboram e modificam procedimentos, criam e recriam estratégias de trabalho e, com isso, vão promovendo mudanças pessoais e profissionais. (LIBÂNEO, 2001:189)

A Secretaria de Estado de Educação do Paraná, no edital de concurso para Professor – pedagogo realizado em 2004 publicou as atribuições deste

profissional nos estabelecimentos de ensino da rede estadual de educação. Entre elas determina as ações específicas quanto a formação continuada na escola: Promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico e para a elaboração de propostas de intervenção na realidade da escola; Participar da elaboração do projeto de formação continuada de todos os profissionais da escola, tendo como finalidade a realização e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar; Subsidiar o aprimoramento teórico-metodológico do coletivo de professores da escola, promovendo estudos sistemáticos, trocas de experiência, debates e oficinas pedagógicas; Organizar a hora-atividade do coletivo de professores da escola, de maneira a garantir que esse espaço-tempo seja de reflexão-ação sobre o processo pedagógico desenvolvido em sala de aula.

Um dos espaços na escola para a formação continuada pode ser a Hora – atividade. A esse respeito a Lei Complementar nº 103/04 institui como hora-atividade o tempo reservado ao professor em exercício de docência para estudos, avaliação e planejamento, realizado preferencialmente de forma coletiva. Tempo este correspondente a 20% (vinte por cento) da carga horária do seu regime de trabalho.

A Lei nº 13807/02 em seu art.3º esclarece melhor: é o período em que o professor desempenha funções da docência, reservado a estudos, planejamento, reunião pedagógica, atendimento à comunidade escolar, preparação de aulas, avaliação dos alunos e outras correlatas, devendo ser cumprida integralmente no local de exercício.

Já a Instrução nº 02/2004 – SUED explicita minuciosamente a finalidade e organização da hora-atividade, devendo favorecer o trabalho coletivo dos professores, priorizando-se: o coletivo de professores que atuam na mesma área do conhecimento e/ou módulos; o coletivo dos professores que atuam na(s) mesma(s) turma(s), série(s), etapa(s) do ciclo o ano(s) dos diferentes níveis e modalidades de ensino; a formação de grupos de professores para o planejamento e para o desenvolvimento de ações necessárias ao enfrentamento de problemáticas específicas diagnosticadas no interior do estabelecimento; a correção de atividades discentes, estudos e reflexões a respeito de atividades que

envolvam a elaboração e implementação de projetos e ações que visem a melhoria da qualidade de ensino, propostos por professores, direção, equipe pedagógica e/ou NRE/SEED, bem como o atendimento de alunos, pais e outros assuntos de interesse da comunidade escolar.

A citada Instrução determina ainda, que a organização da hora-atividade deverá garantir, também, carga horária que permita ao professor a realização de atividades pedagógicas individuais ao exercício da docência. Especifica as atribuições dos envolvidos para a efetivação da Hora – atividade.

A direção do estabelecimento sistematizará o quadro da distribuição da hora-atividade, que deverá constar em edital, permitindo o seu acompanhamento e informando à comunidade escolar da disponibilidade de horário de atendimento do professor aos alunos e pais. **O Diretor** do estabelecimento de ensino fará a distribuição e a verificação do cumprimento da hora-atividade. **A equipe pedagógica** coordenará as atividades coletivas e acompanhará as atividades individuais. **Os professores**, sob a orientação e coordenação da equipe pedagógica ou direção do estabelecimento, planejarão, executarão e avaliarão as ações a serem desenvolvidas durante o cumprimento da hora-atividade. **O Núcleo Regional de Educação** verificará o cumprimento da presente Instrução, assegurando a direção, equipe pedagógica e professores no processo de organização e/ou implementação da hora-atividade, quando necessário.

O que os pesquisadores da educação apontam como encaminhamento para a formação continuada dos profissionais da educação na escola?

Tendo como ponto de partida a análise das práticas pedagógicas dos docentes nas escolas, ou seja, a mobilização dos saberes da experiência, pesquisas recentes têm se voltado à análise da prática docente, indagando-se por que, nas práticas pedagógicas e nas organizações escolares, há uma distância muito grande entre a teoria acadêmica e a prática cotidiana. Pimenta (2002) defende: “Considerar a prática social como o ponto de partida e como ponto de

chegada possibilitará uma ressignificação dos saberes na formação de professores.” (PIMENTA, 2002:25)

Giroux (1997) faz o alerta de que o formato tradicional de capacitação e seus resultados excludentes na sociedade:

destituiu os professores (...) de uma estrutura teórica necessária para compreender, avaliar e afirmar os significados socialmente construídos por seus estudantes acerca de si mesmos e da escola, e portanto diminuiu a possibilidade de lhes garantir os meios para o autoconhecimento e fortalecimento social.’ (GIROUX, 1997: 200)

A formação continuada consiste em ações de formação, divididas por Libâneo (2001) em realizadas dentro da jornada de trabalho e fora da jornada de trabalho, sendo assim explicitada:

(...) dentro da jornada de trabalho (ajuda professores iniciantes, participação no projeto pedagógico da escola, entrevistas e reuniões de orientação pedagógica – didática, grupos de estudo, seminários, reuniões de trabalho para discutir a prática com colegas, pesquisas, mini-cursos de atualização, estudos de caso, conselhos de classe, programas de educação à distância etc) e fora da jornada de trabalho (congressos, cursos, encontros, palestra). Ela se faz por meio de estudo, da reflexão, da discussão e da confrontação das experiências dos professores. É responsabilidade da instituição, mas também do próprio professor, porque o compromisso com a profissão requer que ele tome para si a responsabilidade com a própria formação. (LIBÂNEO, 2001: 191).

Com esta formatação é essencial redimensionar a concepção de professor, esclarecendo que profissional precisamos ter para a superação da realidade imposta. Giroux (1997) defende o professor como intelectual da educação esclarecendo que: “O intelectual é mais do que uma pessoa das letras, ou um produtor e transmissor de idéias. Os intelectuais são também mediadores, legitimadores, e produtores de idéias e práticas sociais; eles cumprem uma função de natureza eminentemente política.” (GIROUX, 1997: 186). Vai mais além quando afirma: “Os intelectuais transformadores podem fornecer a liderança moral, política e pedagógica.” (GIROUX, 1997: 187)

Por sua vez ARROYO (2000) defende o “ofício de mestre”:

Falar do ofício de mestre pode nos remeter ao passado, superado para alguns. Passado – presente, no meu entender, a ser recuperado. O que importa é através dessa expressão – ofício de mestre – e do passado que carrega

entender-nos como continuadores de um saber – fazer enraizado no passado, em uma história. Fazemos parte dessa história. (ARROYO, 2000: 24).

A escola, enquanto espaço físico, também tem sua função a ser redimensionada. Torna-se espaço privilegiado, rico em possibilidades de mudança, uma vez que tem por característica histórica a conservação e a transformação. Rumo a concretização de uma escola transformadora, onde o processo de apropriação do conhecimento socialmente construído aconteça ligado a realização de uma sociedade mais justa, a escola deve se propor como objetivo prioritário o cultivo, em estudantes e docentes, da capacidade de pensar criticamente sobre a ordem social. Nela, de acordo com Sacristán (2000)

O professor/a é considerado como um intelectual transformador, com o claro compromisso político de provocar a formação da consciência dos cidadãos na análise crítica da ordem social da comunidade em que vivem. O professor/a é ao mesmo tempo um educador e um ativista político, no sentido de intervir abertamente na análise e no debate dos assuntos políticos, assim como por sua pretensão de provocar nos alunos/ as o interesse e compromisso crítico com os problemas coletivos. (SACRISTÁN, 2000: 374).

A organização do espaço escolar implica a criação de lugares e tempos que incentivem as trocas de experiências entre os professores e professores e alunos, de modo a se implantar uma cultura colaborativa. Para Libâneo (2001) uma cultura colaborativa deve ser: “a síntese dos elementos que asseguram a relação entre a organização escolar e o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores: o projeto pedagógico – curricular, a gestão, a organização e articulação do currículo e a formação continuada.” (LIBÂNEO, 2001: 196)

Vários pesquisadores apontam encaminhamentos para a formação continuada dos profissionais da educação. Libâneo defende que não basta saber as dificuldades da profissão, esclarece que é preciso refletir sobre elas e buscar soluções, que serão mais ricas quanto mais coletivas forem construídas.

Kincheloe (1997), pesquisador americano aponta a pesquisa-ação crítica como encaminhamento pedagógico. Esclarece que ela auxilia a despertar a consciência crítica dos professores, pois como pesquisadores, usando o diálogo, se fortalecem a si mesmos como agentes profissionais nas escolas e à seus alunos e outros. Ele afirma que:

Os professores como pesquisadores, como aprendizes apaixonados, como observadores comprometidos perguntam-se após sua investigação: Nós estamos sendo fortalecidos em poder para melhorar o processo educacional como resultado de nossas formas de ver? (KINCHELOE, 1997:192)

A investigação-ação é apontada por Sacristán (2000) como possibilidade transformadora por ter como princípio a participação de grupos, o que efetiva a integração dos participantes num processo de reflexão cooperativa, propicia análise conjunta de meios e fins da prática educativa, propõe a transformação da realidade da escola e da aula a partir da compreensão prévia e a participação no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação das estratégias de mudança, tendo como imprescindível a consideração do contexto psicossocial e institucional, e ao propiciar clima de aprendizagem profissional.

Para isto, torna-se relevante o início de estratégias de colaboração e debate aberto entre os sujeitos da educação escolar. Sacristán (2000) apresenta os aspectos que considera fundamentais a serem abordados na formação continuada, ou seja: a aquisição por parte do docente de uma bagagem cultural de clara orientação política e social; o desenvolvimento de capacidades de reflexão crítica sobre a prática; o desenvolvimento das atitudes que requer o compromisso político do professor/a como intelectual transformador na aula, na escola e no contexto social.

Dessa forma, a formação cultural, o estudo crítico do contexto e a análise reflexiva da própria prática são eixos sobre os quais se estrutura a formação dos professores.

Pimenta (2002) aponta os saberes necessários à docência: a experiência, o conhecimento e os saberes pedagógicos. Por meio destes saberes os profissionais da educação podem encontrar instrumentos para se interrogarem e alimentarem suas práticas, confrontando-os, pois considera que os saberes pedagógicos são produzidos na ação.

O pensamento prático do professor não pode ser ensinado, mas pode ser aprendido. Aprende-se fazendo e refletindo na e sobre a ação. Através da prática é possível apoiar e desenvolver o pensamento prático, graças a uma reflexão conjunta (e recíproca) entre quem ensina e quem aprende.

O objetivo não é tanto que os professores sigam um conjunto de normas, mas que encarem o ensino como um processo de escolhas constantes acerca dos meios e fins, escolhas essas que podem ser inspiradas pela investigação.

Encontramos nos estudos de Ferreira (2004) um detalhamento maior quanto às reflexões necessárias em direção a transformação da sociedade, seu aprimoramento no sentido da instauração e da sustentação de maior igualdade entre os homens, ao que considera serem exigências insuperáveis de toda atuação de um profissional cidadão.

Aliado a necessidade de reflexão este autor aponta também a necessidade do compromisso ético para combater as forças de dominação, de degradação, de opressão e de alienação que se consolidaram nas estruturas sociais, econômicas e culturais.

Afirma ainda que a formação deve ser política, ou seja, expressar sensibilidade às condições histórico-sociais da existência dos sujeitos envolvidos na educação.

Ferreira (2000) defende que o conhecimento é a única ferramenta de que os homens dispõem para conduzir sua existência. Diante da proposta deste autor o que se espera é que por meio da formação continuada na escola sejam preparados profissionais com:

capacidade de inovação, de participação nos processos de tomada de decisão, de produção de conhecimento, de participação ativa nos processos de reconstrução da sociedade, via implementação da cidadania. Por isso, espera-se de sua formação que lhe forneça subsídios para que constitua competência técnico – científica, sensibilidade ética e política, solidariedade social. Que seja um profissional qualificado, consciente do significado da educação, capaz de estendê-lo aos educandos. Espera-se que dotem os professores de perspectivas de análise que os ajudem a compreender os contextos nos quais se dará sua atividade docente, sejam eles institucionais ou comunitários, onde venham a exercer liderança pedagógica e intelectual, interna e externa às instituições, que tenham capacidade de trabalho em equipe e interdisciplinar. Sua formação e atuação devem se dar desenvolvendo processo de construção de conhecimento. (FERREIRA, 2004:189).

Ou seja, a ação do pedagogo como responsável pela organização do trabalho pedagógico contribui para a formação pedagógica dos professores por meio de uma prática reflexiva – nas reuniões pedagógicas, nas entrevistas com a

coordenação pedagógica, nos cursos de aperfeiçoamento, nos conselhos de classe, na hora-atividade e outros espaços. Para que isto se concretize torna-se necessário planejamento e ações coletivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. *Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 de 20/12/96.

BRASIL. Resolução nº 03/97- CNE/CEB – Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica.

GIROUX, Henry A. *Os Professores como Intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

KINCHELOE, Joe L. *A Formação do Professor como compromisso político: mapeando o Pós-Moderno*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus Professor, Adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

PARANÁ. Instrução nº 02/2004 – SUED- Superintendência da Educação de 27/02/04.

PARANÁ. Instrução Normativa nº 02/2005- DG – Diretoria Geral.

PARANÁ. Lei nº 13.807/02 – de 30/09/2002.

PARANÁ. Lei Complementar nº 103/2004 de 15/03/04.

PÉREZ GÓMEZ, A.I. *a Função e Formação do Professor no Ensino para a Compreensão: diferentes perspectivas*. In: SACRISTÁN, José Gimeno e PÉREZ GÓMEZ, A.I. *Compreender e Transformar o Ensino*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIMENTA: Selma Garrido. *Formação de professores: identidade e saberes da docência*. In: *Saberes pedagógicos e atividade docente/ Selma Garrido Pimenta*. São Paulo: Cortez, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *A Nova LDB e a Política de Formação de Professores: um passo à frente e dois atrás...* In: FERREIRA, Naura Syria

Carapeto. (org). Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos.
São Paulo: Cortez, 2004.